



OBJETIVO

Inscrição para Bolsão termina hoje

DA REDAÇÃO

O Centro Educacional Objetivo recebe, até hoje, inscrições gratuitas para prova de Bolsas do curso pré-vestibular Semi de Agosto, que conta com aulas em um período do dia, durante cinco meses. Não há número limite de bolsas a serem oferecidas: o valor do desconto é proporcional ao desempenho do aluno e pode chegar a até 100%.

“Este curso é ideal para quem está concluindo o Ensino Médio ou ainda quem já concluiu e quer ter uma revisão ágil, concisa e completa”, garante o diretor de Administração do Objetivo, Moisés Elias Junior.

A prova de bolsa (Bolsão) acontecerá neste sábado, nas Unidades Conselheiro, São Vicente, Guarujá e Praia Grande.

A inscrição deve ser realizada pelo www.objetivobaixada.com.br ou em uma das Unidades. Mais informações pelo telefone 3226-6767.

IBGE

Abertas inscrições para concurso

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está com inscrições abertas para processo seletivo, até o próximo dia 13, visando à contratação de 700 agentes censitários para 492 municípios, entre eles Santos, São Vicente, Itanhaém, na Baixada, e Registro, no Vale do Ribeira. Os candidatos podem se inscrever pelo site www.consulplan.net ou na agência central dos Correios.



GUARUJÁ

Medidores

Munícipe da Rua Cataguá, 167, no Jardim Virgínia II, diz que solicitou à Sabesp a colocação de dois medidores de água no local. Há duas semanas aguarda o atendimento. Diz também que tem de tomar banho na casa dos vizinhos, pois está sem água.



Campos assume presidência do Grupo Localfrio

DA REDAÇÃO

O ex-diretor executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), José Roberto Campos, é o novo presidente do Grupo Localfrio, que conta com terminais retroportuários nos complexos marítimos de Santos (em Guarujá) e Itajaí (SC). Ele substituiu Hélio Vasone Júnior, que passou a integrar o conselho de administração.

Os rumores sobre a ida de Campos para a Localfrio circulavam desde o início da semana passada. No último dia 29, ao ser questionado sobre sua saída da Abtra (formalizada no mês passado), o executivo disse apenas que iria chefiar uma empresa portuária. *A Tribuna* chegou a procurar o então presidente da Localfrio, Hélio Vasone Júnior, que negou a contratação, dizendo

que “essa informação não tem fundamento algum”.

A mudança na administração do grupo será comunicada oficialmente hoje, em cerimônia a ser realizada em sua sede, na Capital.

Com 63 anos, José Roberto Campos é formado em Engenharia. Ele chegou a presidir a empresa de logística Mesquita S.A. e, no ano passado, foi cotado para chefiar a Codesp, a Auto-

ridade Portuária de Santos.

O Grupo Localfrio, com 51 anos, é uma das mais tradicionais companhias do Porto de Santos, atuando com destaque na armazenagem e no transporte de cargas frigorificadas. Além das instalações na região e em Itajaí, conta com unidades na Rodovia Anhangueira e na Capital. A companhia é associada à Abtra.



SANTOS EXPORT 2008

Prazo para inscrições termina hoje

DA REDAÇÃO

Hoje é o último dia para o público se inscrever para participar do *Santos Export 2008 - Fórum Nacional para a Expansão do Porto de Santos*. Os interessados devem se cadastrar no site do evento, www.forumsantosexport.com.br.

As inscrições são confirmadas a partir do pagamento da taxa de R\$ 450,00 (professores e estudantes têm 50% de desconto).

Reunindo autoridades e empresários portuários, o *Santos Export 2008* ocorrerá na próxima segunda-feira, no Hotel Sofitel Jequitimar, em Guarujá.

Iniciativa do Sistema *A Tribuna* de Comunicação e uma

realização da Una Marketing de Eventos, o seminário terá a participação do ministro da Secretaria Especial de Portos (SEP), Pedro Brito.

O evento tem o patrocínio da Fertimport, da Libra Terminais, da Santos-Brasil, do Tecondi, da Rodrimar, da Fosfertil, da Deicmar, da Brasil Terminal Portuário, da Marimex, do T-Grão Cargo, da Icipar, do Grupo Ciesa, do Terminal Portuário de Guarujá e da Fortknnox. O evento conta com o apoio da Codesp, da UniSantos, da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa, da Associação Comercial de Santos e da Prefeitura de Santos.



POLÍTICA. Por unanimidade os vereadores decidiram acompanhar o voto do Tribunal de Contas do Estado

Câmara segue TCE e rejeita contrato da Prefeitura com DCT

TADEU FERREIRA JR

DA REDAÇÃO

A Câmara de Guarujá aprovou na última terça-feira, por unanimidade, parecer da Comissão de Fiscalização e Controle que decidiu acompanhar o andamento do Processo nº 9.383/026/05, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que reprovou contas da Prefeitura.

O contrato em questão diz respeito à prestação de serviços e gerenciamento de trânsito (radares), executado pela empresa DCT - Tecnologia e Serviços em 2005, que já foi considerado irregular pelo TCE em decisão que transitou em julgado no dia 22 de agosto de 2006.

O compromisso custou aos cofres públicos R\$ 2 milhões e 40 mil, sendo que os técnicos do Tribunal de Contas do Estado entenderam que não havia motivo para dispensar a abertura de licitação sob alegação de necessidade emergencial.

Entre as sanções impostas pelo TCE ao prefeito Farid Madi (PDT), relacionadas ao episódio, consta o pagamento de multa de 1.000 Ufesp (equivalente a R\$ 14.880,00 em valores de ontem). Líder do prefeito na Câmara, Ituo Sato (PP) afirmou que o Legislativo vai fiscalizar para que a multa seja, de fato, paga. Ele procurou A Tribuna para "esclarecer que

essa posição da Comissão de Fiscalização e Controle não deixará o prefeito inelegível na candidatura à reeleição".

Vice-presidente da Câmara, Paulo Piasenti (PSDB) interpretou a postura do plenário como o reconhecimento de que o contrato com a

DCT é irregular. "Ficou claro que o Legislativo endossou a posição do TCE pela irregularidade da contratação", opinou o vereador.

AÇÃO

Candidato a prefeito, Piasenti, ao lado de outros três postulan-



to Júnior, pediu ao juiz eleitoral Alexandre das Neves que não conceda o registro de candidatura a Farid.

ADVOGADOS

Com base em informações da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, a assessoria de imprensa da Prefeitura alegou que a decisão do Tribunal de Contas do Estado sobre a irregularidade do contrato com a DCT não é suscetível de revisão pelo Legislativo.

“A Comissão de Fiscalização e Controle e o Plenário da Câmara não analisaram o mérito da contratação e da decisão do TCE, até porque não se inclui, dentre as atribuições do Legislativo, apreciar decisão do TCE quanto a contratos isolados...a Câmara, ante sua função fiscalizatória, apenas está acompanhando o trâmite da Tomada de Contas relativa ao contrato da Prefeitura com a DCT.”

A assessoria ressaltou que só há de se discutir inelegibilidade em caso de rejeição, pela Câmara, de contas anuais, não isoladas.

No que se refere ao parecer do MP, que opina pelo indeferimento da cassação do registro de candidato de Farid Madi, o advogado Luís Antônio Curi afirmou que tomou conhecimento do parecer apenas informalmente, já tendo entregue suas alegações finais em juízo.

Segundo ele, os contratos referentes a serviços de merenda escolar (J. Coan e De Nadai) foram considerados regulares em ações civis públicas, ao contrário do parecer do TCE, com sentença transitada em julgado.

tes ao mesmo cargo (Maria Antonieta de Brito, do PMDB; Carlos Eduardo Pirani, do PRP; mais o PSOL), entrou com Ação de Impugnação de Registro de Candidatura do atual prefeito Farid Madi justamente com base no parecer irregular do Tribunal de Contas

do Estado a respeito do compromisso firmado entre a Prefeitura e a DCT.

Em seu parecer acerca da Ação de Pedido de Impugnação de Registro de Candidatura do prefeito Farid Madi, o promotor eleitoral de Guarujá, Antônio Benedito Ribeiro Pin-



HABITAÇÃO

Administração prepara plano social

WALTER MELLO

DA REDAÇÃO

Dentro de seis meses, a Prefeitura vai elaborar o Plano Local de Habitação Popular de Interesse Social. O instrumento, cuja produção será feita em parceria com a Oscip Instituto de Agentes Urbanos (IAU), traçará o mapa do déficit habitacional do Município e as prioridades para saná-lo.

Preliminarmente, a Prefeitura calcula um déficit de 10 mil moradias. Com este plano será possível obter um número exato, o que de fato nunca ocorreu.

O Plano Local de Habitação Popular de Interesse Social é uma exigência do Governo Federal para que daqui para frente os municípios possam acessar verbas relacionadas ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). "Para conseguir novos recursos temos que fazer a lição de casa, e o Plano Local de Habitação é primordial para isso, agora", explicou o gerente de Projetos Estratégicos da Secretaria de Planejamento de Guarujá, arquiteto João Eduardo Rodrigues de Oliveira.



O mapeamento do déficit habitacional é necessário para a Cidade conseguir recursos do Governo Federal

Segundo ele, este plano será um instrumento formal que norteia as estratégias de investimento da Prefeitura para o assentamento de famílias

que vivem em áreas invadidas e formalizará um cronograma que vai decidir, por exemplo, por onde começarão as remoções, quando e para onde irão

as famílias. Para tanto será necessário o aval da Câmara dos Vereadores. As metas serão definidas entre curto, médio e longo prazos.



Números

10
mil

moradias é o déficit habitacional estimado pela Prefeitura, inclusive incluindo o Distrito

200
reais

é quanto a Prefeitura paga pelo Programa de Locação

POR ENQUANTO

De imediato, Oliveira garantiu para os anos subsequentes a construção de 4 mil moradias. Elas serão erguidas para abrigar as famílias que hoje vivem em palafitas nas áreas que serão regularizadas com verba federal, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Sítio Conceiçãozinha, Complexo Prainha e parte de Santa Cruz dos Navegantes.

Oliveira ressaltou que a maior parte dessas famílias vai para o novo bairro que a Prefeitura irá criar, totalmente plane-

jado, o Parque da Montanha (no final da Vila Edna). “Inclusive já estou respondendo questionamentos do Ministério Público, que quer saber a respeito das condições de habitabilidade do local”, adiantou o arquiteto.

OUTROS PROJETOS

Em relação aos maiores projetos já em andamento, Oliveira disse que o do Jardim Castelo, em Vicente de Carvalho, é o mais adiantado. As 170 casas já estão em fase de acabamento.

Às margens do Rio Acaraú, também no Distrito, já começaram as obras de 88 unidades. Em ambos os locais a demanda atendida será de famílias que, ao longo dos últimos três anos, foram incluídas no Programa de Locação Social da Prefeitura, que dá R\$ 200,00 por mês para custeio de aluguel. Atualmente, o programa tem cerca de 360 famílias cadastradas.

O maior projeto habitacional, porém, prevê 682 casas que a CDHU vai construir na Vila Zilda. Segundo Oliveira, o processo de licitação já foi iniciado e as obras devem começar no final deste ano, após o recesso eleitoral.



18 PREFEITURÁVEIS SEM REGISTRO

Bertioga, Itanhaém e Mongaguá não têm nenhum candidato apto

Um mês após o início do período eleitoral, 42,9% dos candidatos a prefeito nas nove cidades da Baixada Santista ainda não obtiveram no Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) o registro definitivo de suas candidaturas. Isso significa que dos 42 prefeituráveis da região, 18 ainda não são considerados aptos.

Entre os postulantes ao cargo de vereador, o índice de pedidos em espera é menor, mas chama atenção: 30,8% em toda a região. Ou seja, dos 1.809 candidatos, 553 ainda estão sem registro.

De acordo com o calendário da Justiça Eleitoral, todos os juizes têm até o próximo dia 16 para julgar os pedidos de registros de

todos os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador.

Assim, depois dessa data não teremos mais candidatos impugnados ou com registros em análise, duas das mensagens mais comuns atualmente no site do TSE.

Porém, vale ressaltar que os processos com pedidos de impugnação continuarão tramitando em São Paulo ou Brasília.

Dia 6 de setembro termina o prazo para o julgamento de recursos na esfera estadual. Já 25 de

setembro é a data-limite para que o TSE julgue e publique as respectivas decisões sobre os pedidos de registro de candidatos.

Exceções

Até a noite de ontem, Bertioga, Itanhaém e Mongaguá eram as únicas cidades da Baixada que não tinham sequer um candidato apto a prefeito e vereador. Em Bertioga, cinco prefeituráveis são, para a Justiça Eleitoral, políticos cadastrados que aguardam julgamento. A exceção é José Mauro Or-

landini (DEM), que consta como impugnado no TSE.

A mesma situação ocorre em Itanhaém, onde todos os candidatos estão aguardando julgamento e o atual prefeito João Carlos Forssell Neto (PSDB) consta como impugnado, e em Mongaguá, Paulo Wiazowski Filho (DEM) também aparece no sistema como impugnado.

Entretanto, vale lembrar que o candidato classificado como impugnado não está impedido de participar das eleições. O termo está sendo usado

para mostrar que alguém quis impedir o registro do político, situação que só mudará a partir do julgamento do juiz eleitoral.

Já em Santos, São Vicente, Peruibe e Praia Grande todos os prefeituráveis estão aptos a disputar as eleições deste ano. O detalhe é que, em Peruibe, o ex-prefeito Gilson Bargieri está apto, porém com a observação de que sua candidatura foi indeferida. Mas consta um recurso impetrado por sua coligação para reverter o quadro.



Veja a situação de cada um

BERTIOGA

- Prefeitos
Aptos
Nenhum
Cadastrados (aguardando julgamento)
Conrado nº 44 (PRP)
Joaquim da My Power nº 31 (PHS)
Dr. Antônio nº 11 (PP)
Ribas Zaidan nº 45 (PSDB)
Sílvio Magalhães nº 43 (PV)
Cadastrado (Impugnado)
Orlandini nº 25 (DEM)
- Vereadores
169 registrados e nenhum apto

CUBATÃO

- Prefeitos
Aptos
Dr. Paiva nº 22 (PR)
Márcia Rosa nº 13 (PT)
Cadastrados (aguardando julgamento)
Dojival nº 65 (PCdoB)
Passarelli nº 11 (PP)
Valter Pinheiro nº 45 (PSDB)
Cadastrado (Impugnado)
Nei Serra nº 14 (PTB)
- Vereadores
189 registrados e 177 aptos

GUARUJÁ

- Prefeitos
Aptos
Alexandre Silva nº 50 (PSOL)
Pirani nº 44 (PRP)
Duino nº 20 (PSC)
Professora Antonieta nº 15 (PMDB)
Paulo Piasenti nº 45 (PSDB)
Cadastrado (Impugnado)
Farid Madi nº 12 (PDT)

- Vereadores

275 registrados e 260 aptos
ITANHAÉM

- Prefeitos
Aptos
Nenhum
Cadastrados (aguardando julgamento)
Jair Andreoni nº 15 (PMDB)
Josiane nº 23 (PPS)
Strama nº 40 (PSB)
Marta Lima nº 43 (PV)
Cadastrado (Impugnado)
Forssell nº 45 (PSDB)

- Vereadores

164 registrados e nenhum apto

MONGAGUÁ

- Prefeitos
Aptos
Nenhum
Cadastrado (aguardando julgamento)
Dr. Pedro nº 45 (PSDB)
Cadastrado (Impugnado)
Paulinho nº 25 (DEM)
- Vereadores
99 registrados e nenhum apto

PERUIBÉ

- Prefeitos
Aptos
Dra. Ana Campos nº 43 (PV)
Zeca da Firenze nº 45 (PSDB)
Dr. José Renato Azevedo nº 27 (PSDC)
Julieta Omuro nº 15 (PMDB)
Apto (indeferido com recurso)
Gilson Bargieri nº 40 (PSB)
- Vereadores
137 registrados e 90 aptos

PRAIA GRANDE

- Prefeitos
Aptos
Alexandre Cunha nº 15 (PMDB)
Popó nº 43 (PV)
Jasper nº 50 (PSOL)
Roberto Francisco nº 45 (PSDB)
- Vereadores
258 registrados e 251 aptos

SANTOS

- Prefeitos
Aptos
Eneida nº 50 (PSOL)
Papa nº 15 (PMDB)
Maria Lúcia Prandi nº 13 (PT)
Mariângela Duarte nº 40 (PSB)
Natan Kogos nº 28 (PRTB)
- Vereadores
317 registrados e 281 aptos

SÃO VICENTE

- Prefeitos
Aptos
Dr. Henrique Carvalho nº 27 (PSDC)
Raimundo Oliveira nº 33 (PMN)
Tércio Garcia nº 40 (PSB)
- Vereadores
201 registrados e 194 aptos

BAIXADA SANTISTA

• Candidatos a prefeito: 42
• Candidatos aptos: 24 (57,1% do total)
• Candidatos a vereador: 1.809
• Candidatos aptos: 1.253 (69,2% do total)

Obs.: registros apurados no site do TSE até 5/8, às 19h08, e sujeito a alterações

Santos tem 10 candidaturas indeferidas

Em toda a região, dos 1.809 candidatos a vereador, 69,2% do total, ou seja, 1.253 pessoas, já tiveram seus pedidos de registro aceitos pela Justiça Eleitoral.

Dos 30,8%, alguns desistiram da disputa e a maioria ainda aguarda uma definição dos juizes de suas respectivas cidades.

Em Santos, por exemplo, a juíza da 118ª Zona Eleitoral, Selma Balança, indeferiu na terça-feira o registro de candidatura de 10 políticos que desejavam

participar da Câmara Municipal a partir de 2009.

Quatro deles, filiados ao PRTB, não apresentaram todos os documentos exigidos para o cadastro.

Os outros seis santistas, entretanto, não foram aceitos pela juíza da 118ª ZE por não preencherem os requisitos básicos de um candidato, como o fato de possuírem condenações criminais transitadas em julgado, sem chance de mais uma defesa ou pedido de recurso.

Todos podem recorrer da decisão no Tribunal Regional Eleitoral, em São Paulo.

Falta pouco

O fato curioso é que, de acordo com a última atualização do site do TSE, São Vicente e Praia Grande tinham quase todos os candidatos a vereador registrados.

Em cada uma das duas cidades, apenas sete pedidos ainda não tinham sido deferidos pelo juiz eleitoral.

Prestação de contas já está na internet

Terminou na noite de ontem o primeiro prazo para que todos os candidatos a prefeito e vereador entregassem ao TSE a primeira prestação de contas parcial da campanha.

A partir de hoje, quem acessar o site www.tse.gov.br poderá pesquisar o total de despesas do candidato desde o início da campanha, além de tudo o que foi arrecadado por ele até agora.

O sistema entrou no ar às 21 horas de ontem,

mas o site do TSE ficou sobrecarregado e nenhuma informação foi disponibilizada ao Internauta.

Sabe-se, entretanto, que os dados estarão expostos de forma detalhada e, além de informar os valores, os formulários mostrarão se determinada quantia foi recebida em dinheiro, cheque, transferência bancária ou depósito em espécie.

Doações de origem não-identificada não podem ser utilizadas na campanha e cada candidato deve declarar o fato,

caso a origem do dinheiro seja desconhecida.

Desta vez, a lista enviada pelos políticos traz, inclusive, o gasto com contas de água, luz, telefone, locação de carros de som e produção de jingles, entre outros.

O objetivo principal, informa a assessoria de imprensa do TSE, é tornar públicos os gastos de candidatos e dar acesso aos eleitores a toda movimentação da campanha, garantindo transparência ao processo eleitoral.